

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.706 - PE (2014/0232985-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ANGELINA GADELHA PORDEUS CAVALCANTE
ADVOGADOS : MARIA ANGÉLICA DA SILVA CAMPOS E OUTRO(S) - PE014105
ANA CRISTINA CAVALCANTE BELFORT - PE017343
CATARINA MARIA PEREIRA DE ANDRADE - PE025587

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO. FUNÇÃO COMISSIONADA EXERCIDA NO PODER JUDICIÁRIO. VPNI. REAJUSTE. REDUÇÃO COM BASE NA CORRELAÇÃO DE CARGOS (ART. 10 § 1º DA LEI Nº 8.911/94). IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. IMPROVIMENTO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já assentou o entendimento de que 'o pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) decorrente de incorporação de quintos deve ser feito com base nos valores das funções efetivamente exercidas, vedada a sua redução com base na correlação de cargos'. (STJ - EARESP 200500921808, Rel. ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, DJE: 03/11/2008).
2. Na espécie, há de ser concedida a segurança pleiteada para anular o ato administrativo que suspendeu o pagamento das parcelas pagas sob a rubrica '82120 - VPNI QUINTOS DEC. OUT. PODERES' sob o argumento de que tal pagamento estava sendo feito em desconformidade com o disposto no art. 10, § 1º, da Lei nº 8.911/94, determinando, por conseguinte, o seu restabelecimento e a restituição dos valores indevidamente descontados, devendo, entretanto, no momento da execução, serem deduzidas as parcelas comprovadamente já pagas.
3. Remessa oficial e apelação improvidas" (fl. 263e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 266/289e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

FINALIDADE DE REDISCUSSÃO. IMPROVIMENTO.

I - Os temas essenciais do recuso, os quais gravitaram em torno do restabelecimento do pagamento da vantagem pessoal denominada VPNI - Quintos Dec. Out. Poderes, foram devidamente analisados pelo acórdão embargado. Eventual inconformismo quanto a este, deve ser articulado pela via do recurso próprio, uma vez ser mezinho que os embargos de declaração não são adequados para, pura e simplesmente, provocar novo julgamento do recurso.

II - Impossibilidade de exigir-se pronunciamento expresse do acórdão sobre determinado dispositivo legal, quando tai sequer foram mencionados no recurso de apelação, não se podendo, portanto, cogitar de omissão.

III - Embargos de declaração a que se nega provimento" (fl. 307e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, I e II, do CPC/73, 46, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 8.112/90, 3º e 10, § 1º, da Lei 8.911/94, 53 da Lei 9.784/99 e 884 e 885 do Código Civil, sustentando nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, que "os quintos/décimos incorporados por servidor do Poder Executivo em razão do exercício de função Comissionada junto ao Poder Judiciário, devem ser pagos com base no nível da função de direção, chefia e assessoramento equivalente no Poder cedente do funcionário, a teor do disposto no art. 10, § 1º da Lei 8.911/94, não se aplicando, nestes casos, a regra do art. 3º da mesma lei" (fl. 315e).

Por fim, requer, "primeiramente, a anulação do acórdão pela ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, e, caso V. Exas. entendam que não existem vícios a levá-lo à nulidade, o que se admite apenas para argumentar, requer sua reforma pela ofensa aos dispositivos legais mencionados, para dar provimento ao Recurso Especial interposto, julgando improcedente o pleito autoral" (fl. 328e).

Contrarrazões a fls. 332/340e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 342e).

Devolvidos os autos à origem para adequação à tese firmada no julgamento do **REsp 1.230.532/DF**, observada a sistemática prevista no art. **543-C, § 7º, do CPC/73** (fl. 347e), o Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a remessa ao órgão julgador originário, **nos termos do art. 543-B § 3º, do CPC/73**, "para, se for o caso, ajustar o acórdão à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no **RE 638115/CE**, que tem como questão controvertida a 'incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas'" (fl. 377e).

Em juízo de retratação, o julgado anterior foi mantido, mediante acórdão que guarda a seguinte ementa:

Superior Tribunal de Justiça

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO CEDIDO AO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA EXERCIDA NO PODER JUDICIÁRIO. VPNI. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA COM O ACÓRDÃO DESTA TURMA. NÃO EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1- O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário nº 638115/CE, declarou a inconstitucionalidade da incorporação de quintos de função gratificada, relativa ao período de 08/04/1998 até 04/09/2001, e modulou seus efeitos para desobrigar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos servidores, cessando, porém, a ultra-atividade das incorporações concedidas.

2- Referido entendimento, no entanto, não se aplica ao caso concreto analisado no acórdão proferido por esta Turma, cujo cerne da demanda trata-se de pedido de servidora pública, do Poder Executivo cedida ao Judiciário, a qual requer o pagamento de quintos já incorporados com base nos valores das funções efetivamente exercidas, perante o órgão cedido, afastando a correlação com as gratificações equivalentes pagas pelo órgão cedente.

3 - Não havendo divergência do acórdão com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, deixo de exercer o juízo de retratação.

4- Manutenção do acórdão que negou provimento à remessa oficial e à apelação da União" (fl. 384e).

A recorrente peticionou para ratificar o apelo excepcional (fl. 389e).

A irrisignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte ora recorrida, objetivando o reconhecimento da "nulidade total do ato administrativo que suspendeu o pagamento das parcelas pagas na rubrica 82120 - VIPNI QUINTOS DEC. OUT. PODERES" (fl. 9e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a UNIÃO, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

No mais, observa-se que o aresto atacado está em conformidade com o entendimento perfilhado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, firmado, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que "as parcelas incorporadas aos vencimentos dos servidores cedidos a outro Poder deve observar o valor da função efetivamente exercida, sendo vedada a redução dos valores incorporados sob o fundamento de ser necessário efetuar a correlação entre as funções dos diferentes Poderes" (STJ, REsp 1.230.532/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 19/12/2012).

A propósito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. OBSERVÂNCIA DA FUNÇÃO EFETIVAMENTE EXERCIDA. MATÉRIA JULGADA EM RECURSO REPETITIVO. MATÉRIA JULGADA SOB O REGIMENTO ART. 543-C DO CPC. APLICAÇÃO DE MULTA. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A Primeira Seção, por ocasião do julgamento do Recurso Especial repetitivo 1.230.532/DF, reafirmou que, no pagamento das parcelas relativas aos quintos incorporados aos vencimentos dos servidores cedidos a outro Poder, deve-se observar o valor da função efetivamente exercida.
2. O inconformismo posterior ao julgado da Primeira Seção "representativo da controvérsia" implica - em regra - aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.
3. Não há falar em afronta ao artigo 97 da Constituição Federal, pois, nos termos em que foi editada a Súmula Vinculante 10 do STF, a violação à cláusula de reserva de plenário só ocorre quando a decisão, embora sem explicitar, afasta a incidência da norma ordinária

Superior Tribunal de Justiça

pertinente à lide, para decidi-la sob critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição.

Agravo regimental improvido, com aplicação de multa" (STJ, AgRg no REsp 1.401.416/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2014).

"ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - SUFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - QUINTOS/DÉCIMOS - INCORPORAÇÃO - VALOR DA FUNÇÃO EFETIVAMENTE EXERCIDA - RESP 1.261.020/CE E RESP 1.230.532/DF - ART. 543-C DO CPC - INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - MULTA PROCESSUAL - NÃO-APLICAÇÃO.

1. Inexiste omissão em acórdão que decide, de forma fundamentada, todas as questões relevantes do litígio.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que "a Medida Provisória n.º 2.225-45/2001, com a revogação dos artigos 3º e 10 da Lei n.º 8.911/94, autorizou a incorporação da gratificação relativa ao exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando tais parcelas, desde logo, em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada." (REsp 1261020/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2012, DJe 07/11/2012).

3. Também assentada a tese de que **'as parcelas incorporadas aos vencimentos dos servidores cedidos a outro Poder deve observar o valor da função efetivamente exercida, sendo vedada a redução dos valores incorporados sob o fundamento de ser necessário efetuar a correlação entre as funções dos diferentes Poderes.'** (REsp 1230532/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012).

4. Agravo regimental interposto em 31/08/2011 e os precedentes submetidos ao art. 543-C do CPC foram julgados em 24/10/2012 e 12/12/2012, de modo que é inaplicável o art. 557, § 2º, do CPC.

5. Agravo regimental não provido sem imposição de multa" (STJ, AgRg no REsp 1.215.596/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2013).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL.

Superior Tribunal de Justiça

INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. FUNÇÃO COMISSIONADA EXERCIDA NO PODER JUDICIÁRIO. REDUÇÃO DA VPNI EM RAZÃO DE NECESSÁRIA CORRELAÇÃO DOS CARGOS. IMPOSSIBILIDADE. CONTROVÉRSIA DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. 'O entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior é o de que as parcelas incorporadas aos vencimentos dos servidores cedidos a outro Poder deve observar o valor da função efetivamente exercida, sendo vedada a redução dos valores incorporados sob o fundamento de ser necessário efetuar a correlação entre as funções dos diferentes Poderes' (REsp 1230532/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012)
2. O exame de eventual violação a dispositivos constitucionais foge da competência do STJ, por competir a matéria unicamente ao STF.
3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 377.315/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2013).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora